



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11736 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 04 - Didática

OS SABERES DOCENTES PARA AS PRÁTICAS INCLUSIVAS

Solange Maria da Silva - UNISANTOS - Universidade Católica de Santos

Silvania Maria da Silva Gil - UNISANTOS - Universidade Católica de Santos

OS SABERES DOCENTES PARA AS PRÁTICAS INCLUSIVAS

O objetivo deste resumo é apresentar um recorte de nossas pesquisas de doutorado, no tocante aos saberes para as práticas inclusivas exercidas pelos professores em dois contextos educacionais, (a) a inclusão de mulheres em situação de vulnerabilidade social do Programa Mulheres do IFSP (PMIFSP) e, (b) a inclusão dos estudantes com deficiência anos finais do Ensino Fundamental. Partimos do previsto no artigo 5º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), em que estabelece: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”, logo, espera-se que professores estejam preparados para atuarem em ambientes educacionais inclusivos.

Nesta perspectiva, fundamenta-se em referenciais voltados às práticas e a pedagogia da inclusão (ABDALLA, 2020; ALMEIDA E ABDALLA, 2017) e as noções de saberes docentes (TARDIF, 2014). E, como opção metodológica, foi selecionado o questionário como forma de ouvir o que dizem os professores sobre as suas práticas em contextos inclusivos.

Dessa maneira, as práticas educacionais inclusivas justificam-se para a revelar os saberes docentes necessários para a condução do processo de ensino e aprendizagem que não seja excluyente, como alertado por Sawaia (2006, p. 8): “a sociedade exclui para incluir e esta transmutação é a condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão”. Pensamos que somente por meio desse caminho de práticas inclusivas é que chegaremos a alcançar a democratização do ensino, como nos propõe Almeida e Abdalla (2017): (i) garantia do acesso à escola e ao conhecimento sistematizado; (ii) qualidade do ensino oferecido e o prolongamento do tempo de permanência na escola, para que os

estudantes possam se preparar para estudos posteriores e, (iii) considerar as necessidades individuais dos estudantes.

Abdalla (2020 p.8) menciona os elementos fundantes da inclusão, da UNESCO, que consiste na “[...] identificação e remoção de barreiras – no sentido de “planejar melhoras nas políticas e práticas inclusivas” e que “[...] a inclusão é sobre a presença e participação de todos os estudantes”, na qual se inclui, neste trabalho, as mulheres em situação de vulnerabilidade social e dos estudantes com deficiência dos anos finais do Ensino Fundamental, muitas vezes ceifados de seus direitos à educação.

Com apoio de Tardif (2014) entendemos que os saberes docentes são plurais e decorrentes do ambiente escolar, da formação profissional e acadêmica e da experiência de trabalho. Neste sentido, os saberes adquiridos, ao longo da vida, pelos professores carregam “as marcas de sua própria atividade, e uma boa parte de sua existência é caracterizada por sua atuação profissional” (2014, p. 56) expressas em suas práticas inclusivas.

Assim, assumimos que os saberes docentes inclusivos são aqueles que permitem a socialização das práticas que se traduzam na valorização da presença e permanência dos estudantes no ambiente escolar de forma que eles se sintam incluídos.

O recorte das pesquisas de doutorado, voltado para a inclusão de mulheres em situação de vulnerabilidade social do PMIFSP e sobre a inclusão dos estudantes com deficiência nos anos finais do Ensino Fundamental, usou como parte dos instrumentos metodológicos o questionário eletrônico, com questões fechadas e abertas, aplicadas aos professores.

No estudo sobre a inclusão das mulheres participaram os 18 professores do PMIFSP, dos quais 14 responderam. A *perspectiva de ensino e aprendizagem* teve a intenção de compreender as interações e os efeitos das ações desenvolvidas, pelos professores extensionistas do PMIFSP, que resultam na situação de aprendizagem e apontam que 12 professores recebem apoio pedagógico no desenvolvimento de suas atividades; 13 assumem que conhecem as experiências e histórias de vida das alunas; 13 consideram que as alunas entendem o propósito do programa; 11 responderam que a mediação desenvolvida, durante as atividades, é suficiente e permite uma aprendizagem significativa. Quanto a evasão escolar das alunas, as respostas revelam que é consequência de: (a) elas terem que cuidar dos filhos e/ou familiares, (b) apresentarem dificuldades financeiras e, (c) incompatibilidade de horário.

Sobre a prática pedagógica inclusiva dos estudantes com deficiência nos anos finais do Ensino Fundamental obtivemos 21 respostas. Da *orientação para trabalhar com estudantes com deficiência*, 15 professores responderam que não receberam nenhuma orientação, os demais receberam orientações da coordenação e da professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Em *relação às suas práticas* declaram: 8 não tem problemas e conseguem trabalhar rotineiramente, 5 se sentem inseguros, 3 sem preparo, 2 desamparados, 2 seguros e 1 não respondeu.

Para compreensão destes dois contextos de pesquisa vale ressaltar que os professores, além de sua experiência de trabalho, recebam a formação/orientação e apoio pedagógico das Instituições de Ensino para o desenvolvimento de suas práticas pedagógica, que são relevantes para a redução das barreiras da inclusão.

Dentre os principais resultados encontrados nas respostas dos questionários, destacam-se: (a) que o desafio da aprendizagem requer mais que o apoio pedagógico, mas também o conhecimento da história de vida para reduzir a evasão, e a redução de condicionantes que excluem a mulher, como a dominação masculina (BORDIEU, 2012); (b) mesmo que a maioria declare que não receba orientação, os professores buscam exercer, rotineiramente, suas práticas, no entanto, uma parcela significativa revela que se sentem inseguros e despreparados, indicando necessidade de complementação e apoio na sua formação e nas práticas.

Por fim, estes estudos mostram que as pesquisas desenvolvidas, a partir dos que os professores dizem sobre seus saberes e práticas profissionais, contribuem para repensar e problematizar o apoio institucional e a formação docente, especialmente, quando se quer tratar de práticas em ambientes educacionais inclusivos que sejam mais significativas e, de fato, contribuam contra a desigualdade e a favor da justiça social.

Palavras-chave: Inclusão. Práticas inclusivas. Saberes docentes.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, Maria de Fátima Barbosa. **Pedagogias para a Inclusão na América Latina:** das políticas às oportunidades formativas. Preparado para o Congresso de 2020 da Associação de Estudos Latino-Americanos, Guadalajara, MX, 2020.

ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri; ABDALLA, Maria de Fátima Barbosa. **Informe Final.** Formação inicial de docentes para os anos iniciais do ensino fundamental na perspectiva das competências para o século 21 e da inclusão. Brasil, UNESCO-OREALC, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertand, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF: Casa Civil, 5 out.

1988.

SAWAIA, Bader Burihan. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, B. B. (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Editora Vozes, 2006, p. 7-13.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.